

# O cinema como ferramenta do ensino de História: o uso do documentário *Jango*<sup>1</sup>

Charles Sidarta Machado Domingos

## RESUMO

Este artigo pretende explorar o documentário *Jango* como ferramenta de Ensino de História. A associação entre filme e História tem se mostrado um instrumento didático capaz de produzir uma maior aproximação entre os estudantes e o ensino da História. A escolha deste documentário nos permite abordar as seguintes temáticas: A Guerra Fria, O Anticomunismo, A História do Brasil Contemporâneo – enfatizando os períodos de Governo de Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros e do próprio João Goulart, além da Ditadura Civil Militar e do ano síntese de 1968 em nosso país – e a História da América Latina Contemporânea – com a Revolução Cubana e seus desdobramentos, a proposta da via chilena ao socialismo e seu desenlace, além da Operação Condor. Dessa forma, o elemento fílmico enquanto recurso de ensino se mostra como eficiente auxiliar para o professor em sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino de História. História do Brasil. *Jango*.

## The movies as tool for the teaching of History: The use of the documentary *Jango*

## ABSTRACT

This article intends to explore the documentary *Jango* as a tool for teaching history. The association between the movie and history has demonstrated its ability to, as a didactic tool, bring students closer to the history classes. This documentary allows the teacher to approach the following topics: cold war, anti- communism, the contemporary history of Brazil- specially the government of Getúlio Vargas, JK, Janio Quadros and João Goulart, Military civilian dictatorship and the year of 1968 in our country- and also the History of contemporary Latin America – with the Cuban revolution and its developments, the plan of Chilean socialism and its developments, and the Condor operation. This way the movies as resource for teaching has demonstrated to be very efficient to the teacher.

**Keywords:** History teaching. Brazil's History. *Jango*.

“A desigualdade é a escravidão de hoje,  
o novo câncer que impede a constituição  
de uma sociedade democrática”.

(José Murilo de Carvalho<sup>2</sup>)

<sup>1</sup> Este artigo é uma homenagem ao prof. Adolar Koch. Nesse ano de 2008, o prof. Adolar completou 30 anos como professor de História do Brasil na UFRGS ensinando com muita dedicação e respeito aos seus estudantes.

<sup>2</sup> Carvalho, 2004, p.229.

Charles Sidarta Machado Domingos é mestrando em História pela UFRGS sob orientação da profa. Dra. Carla Brandalise. Bolsista CAPES. E-mail: csmd@terra.com.br

Textura	Canoas	n.17	p.94-109	jan./jun. 2008
---------	--------	------	----------	----------------

Não é de hoje que o cinema se constitui como ferramenta do ensino de História. Não há professor de História que em algum momento de seu trabalho não tenha utilizado-se desse instrumento. E isso se justifica em função, principalmente, de: 1) Aproximar o aluno da temporalidade histórica estudada; 2) Despertar a capacidade de crítica; 3) Refletir sobre os “espaços” que o filme deixa de retratar, seja uma reflexão baseada naquilo que o filme não demonstra, seja uma reflexão elaborada sobre as condições da produção do filme.

Há, no entanto, uma advertência que deve ser feita: de maneira alguma o filme substitui o esforço da leitura. “O pensamento crítico não se sustenta sem leitura, *vício* silencioso, lento e profundo. Só depois de ter a mente e o espírito alimentados pela leitura é que ilustrações computadorizadas ou filmadas podem fazer algum sentido” (PINSKY; PINSKY, 2004, p.35). A utilização do filme como elemento didático só atinge eficiência de propósitos de ensino quando articulada com o planejamento dos conteúdos; caso contrário, a atividade não passará de diversão, e isso se o filme for bom (dentro dos padrões do universo cultural do aluno).

Ao utilizarmos o filme *Jango* como proposta de trabalho, é pertinente fazermos uma pequena consideração: a película tem o formato de um filme documentário. Procura, no uso de imagens da época que retrata, conjugado com depoimentos de protagonistas do período, ser um documento sobre o Brasil e o mundo daqueles anos. Não se evidencia como filme de ficção, e nem é possível fazer-se essa leitura. Apesar disso, o filme documentário não pode ser entendido como verdade absoluta. Ele é a versão de quem o produziu. Em razão disso,

o professor deve agir e interferir nessa relação do aluno com a imagem, estimulando o seu potencial de crítica. Esta é a obrigação de quem tem de criar condições para poder *ressaltar, esclarecer, instigar*, à luz das referências já existentes, os conhecimentos adquiridos que permitam a leitura da película. Os conhecimentos aprendidos em aula servirão como base para o acompanhamento da atividade. (CASTRO; BONOW; LUCAS, 2002, p.170)

O filme documentário *Jango*, de direção de Silvio Tendler, estreou, no dia 13 de março de 1984. Segunda maior bilheteria do gênero no país, com mais de um milhão de espectadores, foi premiado no *Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano de La Habana* em Cuba (1984) com o prêmio especial do júri, além de ter sido agraciado também com o mesmo prêmio no Festival de Cinema de Gramado, onde, além desse, recebeu o prêmio de Melhor Trilha Sonora. 1984 é um ano chave para o processo de democratização do Brasil, e essa leitura não pode ser perdida de vista. Após a longa ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1º de abril de 1964, é possível a retomada do exercício da cidadania no Brasil.

Conforme José Murilo de Carvalho “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (CARVALHO, 2004, p.8). De acordo com o autor, o fenômeno é complexo em razão de poder ser desdobrado em três dimensões: a dos direitos civis; dos

direitos políticos, e dos direitos sociais. E é historicamente definido por ter se desenvolvido na Inglaterra da seguinte maneira: no século XVIII os direitos civis, no XIX os direitos políticos e no XX os direitos sociais (CARVALHO, 2004, p.10).

Ainda de acordo com a argumentação de José Murilo de Carvalho, no Brasil, no entanto, a cidadania se desenvolveu de maneira diversa. Teve início na década de 1930 com a emergência dos direitos sociais – com as leis trabalhistas, principalmente – até o ano de 1945. Entretanto, essa periodização compreende a ditadura do Estado Novo, nos anos de 1937 a 1945, o que dificultou a emergência dos direitos políticos, enquanto os direitos civis se desenvolveram lentamente, embora de forma precária para a grande maioria da população (CARVALHO, 2004, p.87-88).

Para esta abordagem do documentário privilegiaremos a luta pelos direitos políticos na construção da cidadania no Brasil. Discutir o espaço da política com os alunos em sala de aula permite dar-lhes condições de se envolverem de forma mais consciente na vida social. Perceber que os direitos políticos precisam ser conquistados é importante para o pleno exercício da cidadania. E a escola não pode se furtar a esse debate, o qual, na maior parte das vezes, é levantado pelo professor de História.

Nosso objetivo principal é esse. E o documentário *Jango* traz diversos elementos que possibilitam esse trabalho. Seja o próprio período abordado pela película que enfatiza a experiência democrática dos anos 1945-1964, seja o momento da sua produção, no contexto do Movimento das Diretas Já. Mas além dessa preocupação mais premente, outros pontos merecem ser abordados, outros espaços, que não os do Brasil, e outras realidades históricas podem ser descortinadas. Este é o papel do professor de História.

A articulação desse contexto externo ao Brasil, mas no qual nos inserimos historicamente, está presente ao longo do documentário. O mundo pós-1945, de forma distinta do anterior, está calcado na bipolaridade das relações internacionais. A Guerra Fria e sua divisão do mundo em dois sistemas econômico-sociais antagônicos permite a reflexão sobre o “estranho”, o “diferente”. Entender de que forma as diferenças eram tratadas no período e analisar os seus resultados é mais um importante exercício da cidadania.

O início da Guerra Fria é alvo, ainda, de discussões. Possíveis marcos temporais são o lançamento da Bomba Atômica sobre Hiroshima, Japão, em agosto de 1945; o discurso de Churchill em Fulton, Estados Unidos da América (EUA), em março de 1946; e a Doutrina Truman, em março de 1947. Se não há uma unanimidade quanto ao seu início, o mesmo não se pode dizer quanto ao papel desempenhado pela América Latina no conflito. Não restam dúvidas que a América Latina, nessa década, era considerada, em termos geopolíticos, como aliada incondicional dos Estados Unidos.

No entanto, a Guerra Fria passou por uma mudança qualitativa a partir da década de 1950. Com a recuperação econômica, demográfica e militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) do baque sofrido pela Segunda Guerra Mundial, todas as implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas passaram para um novo momento. O predomínio econômico e militar dos Estados Unidos já não mais era visto

como inquestionável. E, além desse novo papel desempenhado pela União Soviética, um outro paradigma vinha sendo construído desde 1955, quando um grupo de países pretendeu reordenar em Bandung, Indonésia, as relações políticas e econômicas internacionais rompendo com a bipolaridade e demonstrando, dessa maneira, novas possibilidades para o subcontinente latino-americano.

Ademais, foi na década de 1950 que a Revolução Cubana ocorreu. Tendo seu início como um levante antioligárquico que se tornou antiimperialista, logo declarou seu caráter socialista. Surpresa ou não, o fato é que a implantação de um governo socialista repercutiu com força e amplitude nas relações internas e externas dos países latino-americanos, promovendo, juntamente com a Conferência de Bandung, novos projetos e mobilizações sociais que buscavam, em alguns países do subcontinente, novas e diferentes formas de inserção internacional.

Desse modo, no curto Governo Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), foi proposta uma nova orientação para o Brasil nas suas relações diplomáticas: a Política Externa Independente (PEI). Com a renúncia de Quadros, o novo presidente, João Goulart, deu continuidade a essa política exterior e fez dela uma das ferramentas de busca pelo desenvolvimento do país dentro dos limites de seu projeto nacional-reformista.

Em razão disso, o documentário inicia com o ainda vice-presidente João Goulart na República Popular da China, país comunista desde sua Revolução, em 1949. Sua visita à China e seu aperto de mão com Mao Tsé Tung – como será visto adiante no documentário – podem ser interpretados de duas maneiras: como o documentário o fez, enaltecendo as palavras de João Goulart prezando pela amizade entre os povos, ou como o fizeram seus opositores, associando Goulart ao comunismo, para dessa forma ampliar as desconfiças que já o acompanhavam desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, nos anos de 1953 e 1954, no Governo Getúlio Vargas (DOMINGOS, 2004, p.207).

Além disso, o documentário recupera uma viagem de João Goulart ainda no Governo Juscelino Kubitschek, portanto, anterior à Política Externa Independente, à URSS. Nessa viagem, além de encontrar-se com os altos dirigentes soviéticos, como Brejnev, o documentário ressalta que Goulart foi o primeiro dirigente político latino-americano a visitar aquele país, templo maior do comunismo. Com isso, temos de forma nítida que Goulart não seguiu todos os passos de Vargas de forma absoluta, dado que o anticomunismo era uma constante em Vargas, sendo um dos componentes de sua intenção de criar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (DELGADO, 1989, p.42-45). Embora Goulart não fosse comunista (DOMINGOS, 2004, p.210), não se privava de negociar com os comunistas, tanto os brasileiros como os estrangeiros. Ainda dessa visita é narrado o interesse de Goulart pela “era do *Sputnik*”,<sup>3</sup> embora não conste no documentário a condecoração que o presidente Jânio Quadros conferiu ao cosmonauta Yuri Gagárin em 1961<sup>4</sup>. Qual a razão desse esquecimento, dado que a condecoração a Ernesto Che Guevara

---

<sup>3</sup> O satélite artificial *Sputnik* foi lançado em órbita pelos soviéticos em 1957, dando vantagem na corrida espacial a esse país em relação aos EUA.

<sup>4</sup> Yuri Gagárin foi o primeiro homem a entrar em órbita. Mais uma vez, os avanços tecnológicos da URSS surpreendiam o mundo e confrontavam-se com os EUA.

é lembrada? Possivelmente, a condecoração a Che esteja numa linha a ser explorada mais ao final do documentário, quer seja a unidade da América Latina. Voltaremos a esse assunto, com maior profundidade, adiante.

Ainda em relação ao que o documentário demonstra acerca da Política Externa Independente, está o discurso de João Goulart aos seus “amigos chineses” (e o documentário mostra que, logo que o golpe é dado, uma delegação comercial chinesa é presa no Brasil). Nesse discurso, além da referência à autodeterminação dos povos, um dos pontos centrais da PEI, é importante o encerramento em tom entusiasta: “Viva a amizade entre os povos asiáticos, africanos e latino-americanos”. Nesse contexto, amizade significa tanto relações políticas livres de cerceamentos estadunidenses quanto relações comerciais vindouras.

Uma seqüência de três imagens é capaz de sintetizar o papel que a Política Externa Independente – e seu principal articulador, Francisco San Tiago Dantas – exerceu no período. São elas as seguintes pichações: “Morra San Tiago”, “San Tiago assalariado da Rússia” e “Mantenha sua cidade limpa matando um comunista por dia”. Todas assinadas pelo Movimento Anticomunista (MAC), e que demonstram como os setores mais próximos dos Estados Unidos se sentiram ameaçados pelas novas diretrizes da política externa brasileira (DOMINGOS; KOCH, 2008, p.155).

O movimento conhecido como Campanha da Legalidade foi, ao lado da Campanha das Diretas Já, uma das grandes mobilizações cívicas já realizadas no Brasil<sup>5</sup>. Houve uma movimentação com forte base popular nas ruas, sob coordenação do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – cunhado do presidente João Goulart e seu correligionário de PTB, como nos lembra o documentário –, que, além de distribuir armas à população, organizou a Cadeia da Legalidade com várias rádios a favor da posse do vice-presidente Goulart.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) mudou sua sede para Porto Alegre durante a Campanha da Legalidade. Seu presidente à época, Aldo Arantes, comenta o período como sendo de grande protagonismo estudantil. Protagonismo este presente desde a década de 1950, como aponta Claudia Wasserman:

O movimento estudantil brasileiro também foi protagonista na luta contra o latifúndio, o imperialismo e a exploração dos operários brasileiros, através da sua organização, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Congregando a quase totalidade das tendências de esquerda do país, a UNE postulava a união entre operários, estudantes e camponeses. (WASSERMAN, 2004, p.31)

A estratégia de Silvio Tendler, nessa abordagem, está relacionada ao contexto da exibição do filme, período do Movimento pelas Eleições Diretas para Presidência

---

<sup>5</sup> Sobre a Campanha da Legalidade, são importantes os seguintes trabalhos: FELIZARDO (1988); MARKUN; HAMILTON (2001); FERREIRA (2005).

da República. Trazer à tona o papel dos jovens nessas mobilizações é um instigante elemento de discussão que o professor de História deve utilizar junto a seus alunos para a problematização da luta pelos direitos políticos. Procurar os pontos de uma possível identificação entre os estudantes de hoje e os de 1984 ou de 1964 é uma possibilidade a mais de trabalho, que não deve ser descartada pelo professor.

Quanto ao depoimento de Leonel Brizola, figura central na Campanha da Legalidade – à época do lançamento do documentário, Governador do Rio de Janeiro –, só temos um reparo a fazer: quando ele se refere ao apoio incondicional e imprescindível do general Machado Lopez, do III Exército – o mais bem equipado do país àquele momento – Brizola não se refere ao fato de o general ter titubeado em apoiar a causa da Legalidade. A decisão do general Machado Lopez foi tomada apenas no dia 28 de agosto (a renúncia se deu em 25 de agosto), quando respondeu ao general Ernesto Geisel que não cumpriria a ordem recebida do Ministro da Guerra, em razão de ter a tropa se solidarizado ao povo do Rio Grande do Sul. O cumprimento da ordem acarretaria em desobediência generalizada e seria sua desmoralização perante a tropa (SODRÉ, 1979, p.379). Esse episódio enseja mais um ponto passível de discussão em sala de aula: o papel da memória na produção da História, com suas contribuições e armadilhas.

Foi, dessa maneira, a ampla participação popular a favor da bandeira da Legalidade que, por um lado, pressionou setores do Exército a aderirem à causa do cumprimento da Constituição e, por outro lado, fez os ministros militares que queriam impedir a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito recuarem. Se, em 1954, foi o o suicídio de Vargas, como demonstram as imagens utilizadas por Tendler, o ato desencadeador do apoio popular que impediu o golpe militar, em 1961 não foi necessário derramamento de sangue. O povo saiu às ruas, preparado para resisitir se fosse preciso, pela manutenção do regime democrático constitucional vigente por respeito às tradições democráticas.

No entanto, esse apoio que garantiu a posse de João Goulart não garantiu a autonomia para seu governo. Foi preciso negociar com os setores conservadores, fossem eles civis ou militares. Não havia clima político para decisões plenas, era necessário negociar. Goulart sabia disso e retardou sua volta ao Brasil, fazendo escalas desnecessárias em Paris, Nova Iorque, Buenos Aires e Montevideú, até desembarcar em Porto Alegre, nesse momento, a maior trincheira da Legalidade. O documentário nos mostra que mesmo sendo negociada, portanto, uma solução de compromisso, a posse de Goulart desagradou aos setores golpistas mais radicais, em especial ao Exército. O general Antônio Carlos Muricy, autor de vários depoimentos tentando justificar sua posição e a do Exército ao longo da película, deixou o posto de Comandante do Estado Maior do III Exército. Golbery do Couto e Silva, descontente com o desenlace dos fatos, ingressou na reserva e foi trabalhar no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Alguns oficiais articularam um plano para derrubar o avião que levaria Goulart à Brasília, numa manobra conhecida como “Operação Mosquito”. A operação foi desautorizada e dasarticulada pelo general Ernesto Geisel, que tinha sido um dos responsáveis pela imposição do Parlamentarismo como solução negociada.

O Parlamentarismo, pela primeira vez na História da República do Brasil, e única até os dias de hoje, foi o regime político no qual João Goulart tomou posse

na presidência do país, perdurando por pouco mais de um ano. No ato de sua posse, em sete de setembro de 1961, quando se completavam 139 anos da Independência do Brasil – ao menos em termos políticos – Goulart, em pronunciamento que consta no documentário, disse ser seu desejo e sua intenção, até mesmo pelo seu feito, que segundo ele era muito mais de unir do que desunir, o de garantir a *Paz*, a *Democracia* e a *Soberania* (TENDLER; DIAS, 1984, p.34). Note-se que essas três palavras eram emblemáticas para o período e para a consecução de seu governo. *Paz*, nesse momento, sintetizava a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela *Democracia* era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos da Constituição, o que significava contrariar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em *Soberania*, nesse período de Guerra Fria, era colocar-se como livre de influências demasiadas tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data, em particular, era relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo. Problematicar *Paz*, *Democracia* e *Soberania* na sala de aula se constitui em exercício altamente produtivo, dado que a sociedade se mostra muitas vezes perplexa quando confrontada com esses valores nos dias de hoje.

Foi instalado um Gabinete Parlamentar conservador – de predomínio do Partido Social Democrático (PSD) mas formado também por elementos da União Democrática nacional (UDN) e do PTB – encabeçado por Tancredo Neves<sup>6</sup>. No entanto, várias eram as pressões dos movimentos sociais em favor da implantação das “reformas de base”, que a *Paz* era muito difícil de ser mantida. Ter *Paz*, nesse início de anos 1960, era uma tarefa quase impossível dentro das propostas de Goulart. Manter o equilíbrio social entre trabalhadores e capitalistas era difícil, pois tanto o equilíbrio de seu governo quanto seu projeto de capitalismo vivenciavam um período de pouca elasticidade. Qualquer que fosse o tensionamento mais abrupto, tanto da esquerda quanto da direita, podia levar o gabinete ao seu fim. E de fato o levou. Arrebatada a esperança de conciliação pela direita, restava tentar conciliar pela esquerda. O primeiro passo nesse sentido nem chegou a ser dado, pois o Congresso vetou a indicação de Francisco San Tiago Dantas para primeiro-ministro, em função de seu papel na implementação da Política Externa Independente (FERREIRA, 2003, p.357). Após uma rápida indicação de Auro de Moura Andrade, que causou rejeição nas esquerdas, assumiu a pasta o político gaúcho Francisco Brochado da Rocha. Estava em jogo mais uma frágil tentativa de conciliação, desta vez pela esquerda. Medidas tomadas por esse Gabinete foram:

solicitar ao Congresso delegação de poderes ao governo para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador

---

<sup>6</sup> Passados 20 anos do golpe civil-militar, a figura de Tancredo ressurgiu como esperança nacional, se apropriando, inclusive, da música composta por Wagner Tiso para essa produção em análise. Inicialmente intitulada “Tema para Jango”, depois passou a ser conhecida pelo título “Coração de Estudante”, música favorita de Tancredo Neves no contexto das Diretas Já e transformada em hino pela democracia.

Rural, os arrendamentos rurais e as desapropriações por interesse social. (FERREIRA, 2003, p. 358)

Essas medidas de cunho progressista promoveram reações dos grupos conservadores. O fator determinante para desestabilizar a *Democracia* que Goulart prometera preservar na sua posse foi a proposta de antecipação do Plebiscito<sup>7</sup> para 7 de outubro de 1962, que previa a escolha entre a manutenção do Parlamentarismo ou o retorno do Presidencialismo, ao invés de ocorrer em 1965, como estava destinado na emenda que o criou. Destarte, a queda de Brochado da Rocha foi o resultado mais evidente das pressões dos grupos conservadores, mas que não conseguiram indicar seu sucessor, pois o cargo de primeiro-ministro foi assumido por Hermes Lima, do PTB.

Além da luta política que contaminava as promessas de *Paz e Democracia* do presidente Goulart, a *Soberania* vinha sendo constantemente discutida e atacada. O respeito à soberania de Cuba, expresso no caso da Crise dos Mísseis em outubro, foi assim sustentado por Goulart:

Sempre nos manifestamos contra a intervenção militar em Cuba, porque sempre reconhecemos a todos os países, sejam quais forem seus regimes ou sistemas de Governo, o direito de soberanamente se autodeterminarem. O Brasil sempre foi claro em sua atitude, fiel à sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo, o que não o impediu de admitir como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem, pela força ou pela violência, a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de autodeterminação do povo cubano. Mesmo não aceitando como legítimo o armamento ofensivo que os Estados Unidos alegam existir em Cuba, nunca reconhecemos a guerra como instrumento capaz de resolver conflitos entre Nações. (MONIZ BANDEIRA, 1977, p.79)

A defesa da soberania cubana, nesse caso, além de se coadunar com as diretrizes da PEI, buscava defender-se de possíveis tentativas de intervenção semelhantes no país. Mais uma vez, os tensionamentos se processavam de forma a acirrar as relações políticas entre direita e esquerda.

Como o documentário nos mostra, as eleições de outubro de 1962 tiveram importante e destacado papel nesse processo de radicalizações. Mostraram o quanto os setores conservadores estavam dispostos a atacar a *Soberania*, pois houve financiamento dos candidatos contrários aos projetos do governo. O documentário fala na cifra de 2 milhões de dólares. No entanto, Luiz Alberto Moniz Bandeira e Jorge Ferreira aceitam a estimativa de 5 milhões da moeda estrangeira (MONIZ BANDEIRA, 1977, p.70; FERREIRA, 2003,

---

<sup>7</sup> O Plebiscito foi realizado em 06 de janeiro de 1963. Embora o documentário fale em um universo de 15 milhões de votos, sendo quase 10 milhões a favor do presidencialismo, Jorge Ferreira sentença como "os números totais foram 9.457.888 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 contra" (FERREIRA, 2003, p.402).



p.360). Além desse montante de dinheiro, os Estados Unidos financiavam entidades como o IBAD e o IPES8, e uma boa contribuição do documentário foi recuperar um dos filmes de propaganda deste Instituto. Nessa propaganda, o IPES assim se definia: “nós que acreditamos na democracia e livre iniciativa... não sejamos vítimas do totalitarismo... a favor das instituições democráticas e tradições cristãs” (TENDLER; DIAS, 1984, p.45). Qual o sentido do uso dos termos *democracia e livre iniciativa, totalitarismo, instituições democráticas e tradições cristãs*? Possivelmente, a democracia em que eles acreditavam, ou queriam passar a impressão de acreditar, não viesse a ser a mesma de João Goulart. Para eles, a democracia de Goulart contrariava a livre iniciativa, dado o papel do Estado de seu projeto de cunho nacional-estatista (REIS FILHO, 2001, p.337; WASSERMAN, 2004, p.37). O termo totalitarismo foi bastante difundido pelo livro de Hannah Arendt, intitulado *As origens do totalitarismo*, de 1951, no qual a autora busca aproximações entre os governos de Hitler e Stalin com relação ao uso do totalitarismo como deformação da sociedade. Nesse caso, totalitarismo perde a conotação nazista, em face de o Brasil ter se oposto a esse regime cruel durante a Segunda Guerra Mundial, e passa a ser redefinido como sinônimo único e exclusivo de comunismo, embora a autora o considerasse como sinônimo de stalinismo. Assim, a associação entre Goulart e comunismo era uma das tônicas da propaganda do IPES, que se fortalecia ainda mais com o uso da defesa das instituições democráticas (algo muito caro aos EUA no nível do discurso, mas não na prática) e das tradições cristãs, em oposição ao comunismo, ateu por excelência<sup>9</sup>. Dessa forma, é importante resgatar o depoimento de Maria Victória Benevides: “Conflitos que certamente eram baseados em reais interesses econômicos, mas que eram apresentados como batalhas ideológicas” (TENDLER; DIAS, 1984, p.46). O que estava em jogo, em realidade, não era a filiação ao capitalismo ou ao socialismo, como as propagandas tentavam insinuar. A escolha pelo capitalismo já estava feita, desde 1930. O que estava em jogo era o tipo de capitalismo a ser implantado e a defesa dos interesses econômicos que cada projeto pretendia.

Com o resultado do Plebiscito, em 24 de janeiro de 1963, o regime político voltou a ser o do Presidencialismo. As reformas de base tomaram o impulso decisivo para romper com a política de equilíbrio que o governo vinha tentando manter. Cada vez mais, o laço político que unia esquerda e direita esticava-se... Por quanto tempo isso iria durar? As esquerdas acreditavam que seria por pouco tempo, e com definição a seu favor. Porém, a previsão era otimista, demasiado otimista, pelos setores de esquerda.

A crise econômica era intensa. A inflação disparava. Como alternativa, o presidente pediu a Celso Furtado um plano de organização da economia. Furtado propôs o Plano Trienal, um misto de política econômica ortodoxa-desenvolvimentista. Mais uma tentativa de conciliação. Controlar a inflação e fazer o país crescer para se desenvolver era o horizonte. Era uma inovação, num período no qual a maior inovação não aceitava

---

<sup>8</sup> Coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva, conforme referido anteriormente, e que mais tarde usou os dados do IPES para fundar o Serviço Nacional de Informações (SNI), na ditadura civil-militar.

<sup>9</sup> Cabe ressaltar aqui que Goulart também se valia do uso dos termos relacionados ao cristianismo como estratégia de defesa das acusações de comunista, além dos termos correlatos à democracia, como expresso no seu discurso de posse.

competidores: o protagonismo popular. Era, portanto, uma boa possibilidade em um mau período. As camadas trabalhadoras não aceitavam a parte restritiva do plano, já vinham acumulando perdas salariais e monetárias e não mais as tolerariam. Arrebatava-se, dessa forma, a economia, que vinha com altos índices de inflação desde o fim do governo JK, na casa de 30%, passando a 47,8%, 51,7%, 79,9%, respectivamente nos anos de 1961, 1962, 1963, até estourar em 92,1% em 1964<sup>10</sup>.

Em março de 1963, acuado pelas esquerdas que não mais podiam sustentar tantos esforços das camadas populares, João Goulart vivia um impasse. A narração de José Wilker assim dizia: “reformar a face do capitalismo no Brasil (...) um capitalismo mais humano, menos selvagem (...) o presidente rico de um país pobre (...) ambigüidade de acabar ou não acabar com o capitalismo é criticada por muitos aliados” (TENDLER; DIAS, 1984, p.54). As alternativas estavam limitando-se a cada instante. Mais do que nunca, a política tênue da conciliação chegava aos seus limites. Esticava-se muito mais do que o previsto, do que o planejado. Segundo Jorge Ferreira, “em março de 1963, Goulart voltou-se para o seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular” (FERREIRA, 2003, p.366). Segundo Daniel Aarão Reis Filho, isso se deu em razão de “as esquerdas, frente à maioria conservadora no Congresso, que se recusava a aprovar os projetos reformistas do governo, tomavam a ofensiva, incentivando Jango a assumir a liderança, clamando pelo fim da *conciliação*” (REIS FILHO, 2001, p.338). Aliava-se com a esquerda.

Mas a aliança não duraria muito. Em outubro de 1963, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, dava entrevista dizendo que os militares já vinham discutindo o momento oportuno para o golpe. E disse isso em entrevista ao jornal *Los Angeles Times*. Quebravam-se, dessa maneira, os três pilares que o presidente prometera defender em sua posse. Atacava-se a *Democracia*, acabava-se com a *Paz*, rompia-se a *Soberania*. A alternativa, influenciado por seus ministros militares, era prender o Governador da Guanabara, o que só seria possível com a aprovação do Estado de Sítio. Embora ainda seja mal estudado esse episódio da História brasileira, o resultado do pedido de Estado de Sítio ao Congresso foi o pior possível. Nem a direita aceitou, nem a esquerda, nem seu partido, nem seus aliados como Miguel Arraes. Pairava um sentimento de desconfiança: “Atribuindo-se mutuamente, de forma mais ou menos velada, propósitos golpistas, Arraes desconfiava de Brizola, que desconfiava de Jango, que desconfiava de todos” (REIS FILHO, 2001, p.334). Silvio Tendler toma partido muito rapidamente a favor do presidente, dizendo que o que ele pretendia era “superar politicamente a reação militar contra o Governador [Carlos Lacerda] e restabelecer a autoridade de seu governo. A esquerda suspeitou que a medida pudesse se desdobrar contra ela” (TENDLER; DIAS, 1984, p.55). Com essas palavras, no distanciamento do tempo, parece que Tendler atribui uma certa ingenuidade à esquerda, por não entender quem eram seus aliados. Mas o depoimento de Bocayuva Cunha, líder do PTB no Congresso durante a votação do Estado de Sítio, contesta a versão de Tendler, quando diz que ele votou contra por convicção, e que hoje (vinte anos depois

---

<sup>10</sup> O índice de 1964 é do ano completo, e não apenas do período que se encerra com a deposição de João Goulart.

do evento), não sabe se foi a decisão correta. Há um anacronismo latente aí. O que parece é que houve a análise dos fatos do passado com os olhos do presente. Após o desfecho do golpe civil-militar de 1964 fica mais fácil dizer que a não-aprovação do Estado de Sítio foi um erro. Seria tão fácil assim em outubro de 1963?

A conclusão é que o presidente se isolou. Só havia uma saída, que parecia definitiva: buscar o apoio dos trabalhadores. Novos ímpetus se deram às reformas de base, com medidas de forte teor nacionalista:

Assim, em 24 de dezembro, véspera de Natal, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos. Em 17 de janeiro, assinou uma outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Rumores havia de que outro decreto, estabelecendo o monopólio do câmbio, seria assinado em breve, apavorando o empresariado. (FERREIRA, 2003, p.377)

Restava, então, propor a aceleração das reformas de base. E essa foi a intenção do comício de 13 de março de 1964, no qual o presidente assinou dois decretos: um expropriando as terras ao longo das estradas e das ferrovias federais, para fins de reforma agrária, e outro estatizando as refinarias particulares. Isto, conforme o documentário, no mesmo palanque de madeira no qual Getúlio realizava seus comícios. Assim Daniel Aarão descreve o cenário do comício, com carga histórica:

(...) com um grande comício na Praça Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, lugar simbólico, por excelência. Cruzada pela Avenida Presidente Vargas, nela confluía a história da República – proclamada na praça do mesmo nome, em frente; o Ministério da Guerra, evidenciando a união das forças armadas em torno de seu comandante-em-chefe, o presidente da República; e a estação de estrada de ferro Central do Brasil, onde arribavam cotidianamente os trens suburbanos, trazendo nos ventres dezenas de milhares de trabalhadores. (REIS FILHO, 2001, p. 339)

Embora a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento da classe média assustada com a tomada de posição do presidente, já houvesse marcado sua passeata para o dia 19 de março antes do Comício do dia 13, é inegável que esse influenciou aquela. Se no Comício havia em torno de 200 mil pessoas, apoiando as reformas, com ampla maioria de origem das camadas populares, a Marcha de São Paulo reuniu 400 mil senhoras e seus maridos e filhos de classe média, com um terço na mão e um cartaz de protesto na outra, quase todos relacionados às velhas denúncias de comunismo, num cartaz constando, como o documentário demonstra: “O Civismo matará o Comunismo”.

Para o governo, não havia trégua. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais resolveu reunir-se no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, à revelia do Ministro da Marinha, que tinha proibido a realização da reunião e mandado prender os insurgentes. Houve adesão da tropa e o presidente entrevistou para que os marinheiros não fossem punidos. O Ministro Sílvio Mota se demitiu. Estava armada a crise de hierarquia, pretexto cabal utilizado pelas Forças Armadas para acelerar o golpe. E que teria, na reunião do Automóvel Clube, na qual os sargentos se reuniram e Goulart discursou, na noite de 30 de março, aceso seu estopim. Nesse contexto, o diretor se esmerou na montagem das imagens. Comparando a situação com os levantes de marinheiros russos no ensaio da Revolução Russa, num jogo de transposição sedutor, conseguiu passar, talvez até de forma exagerada, o clima de hostilidade às manifestações de subalternos associando ao temor das classes mais favorecidas, inclusive as médias, da implantação, se não do comunismo, como podem sugerir as imagens, ao menos da anarquia e do caos social.

Com esses movimentos, com essas situações, nesse contexto têm fala alguns destacados protagonistas. Afonso Arinos de Melo Franco, implementador da PEI, diz estar à época, conjuntamente com Milton Campos e José Maria Alkmim – todos capitaneados por Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais – preparado para negociar o Estado de Beligerância, como secretário de Relações Exteriores de Minas Gerais (cargo, além de inédito, bastante insólito). Nas palavras do general Muricy, a resistência poderia durar um mês como ele previa, chegando até mesmo à previsão de outros generais, que era em torno de seis meses. Porém Muricy disse ser o bem-informado diretor do IPES, Golbery do Couto e Silva, aquele que acertaria o deslanche da situação, ao garantir que tudo cairia como um castelo de cartas. O jornalista Marcos Sá Correa sustenta que a Operação *Brother Sam* era uma realidade, e com ela os EUA estavam enviando para a costa marítima brasileira quatro petroleiros repletos de combustível, 136 mil barris de gás, seis *destroyers*, um porta-aviões, aviões de guerra e de transportes com armas e munições (TENDLER; DIAS, 1984, p.74-77).

Jango, que estava informado dos acontecimentos (FERREIRA, 2003, p.392-396) optou pelo não derramamento de sangue. Só lhe restou partir para São Borja, de onde partiria para o exílio. A carga emocional do documentário, nessas cenas, é elevada. Além das imagens de um João Goulart lacônico, a música de Wagner Tiso, composta em sua homenagem, fez com que uma platéia já bastante incomodada com a ditadura civil-militar, olhasse aquele homem com mais boa-vontade (DOMINGOS; KOCH, 2008, p.166).

Mas o documentário transcende a imagem de Jango. Ultrapassa as características individuais do personagem histórico e revisita alguns dos momentos-chaves da história recente da América Latina. Ao resgatar o papel de Ernesto Che Guevara, já mencionado quando do ato da condecoração conferida por Jânio Quadros em agosto de 1961, morto nas selvas da Bolívia em outubro de 1967, o diretor trouxe pela primeira vez ao Brasil, ainda no período da ditadura civil-militar, imagens em movimento de seu cadáver, bem como a declaração de Fidel Castro reconhecendo ser aquele o corpo do Che. Cena trágica e de grande impacto, quer por tudo aquilo que Che Guevara representara a toda uma geração de jovens – segundo o documentário não apenas na América latina, mas

na França, Estados Unidos, Leste da Europa – quer pela violência do corpo perfurado de balas. A morte de um ícone é antecessora da morte de um brasileiro. Um jovem estudante, Edson Luiz de Lima Souto, é morto no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. O Brasil, dessa forma se reconhece, pelas lentes do documentário, como um dos povos da América Latina, pois o sofrimento causado pela violência é o mesmo. Na cena das grandes mobilizações feitas em homenagem ao estudante morto, aparecem cartazes dizendo: “YANKEES mataram um brasileiro”. Os mesmos estadunidenses que realizaram a Operação *Brother Sam* reaparecem, na denúncia do diretor, como ligados aos grandes atos de terror patrocinados pela ditadura civil-militar. Ao relembarmos o pequeno filme projetado pelo IPES e analisado anteriormente – que foi patrocinado com dólares estadunidenses – cabe uma pergunta: era essa a democracia na qual eles acreditavam? Se era, estavam certos. A democracia deles não era a mesma de João Goulart (DOMINGOS; KOCH, 2008, p.167).

Merece, ainda na conjuntura do assassinato do estudante Edson Luiz, recuperarmos as palavras da atriz Tonia Carrero, que assim se manifestou ao ser perguntada sobre sua possível participação na Passeata dos Cem Mil:

Iremos comparecer todos. Eu vou como mulher, como atriz, como mãe, como cidadã. Eu vou, porque eu quero que a opinião pública saiba que, nós indo, temos muita coragem, para desmanchar o mito de que o estudante está querendo uma coisa errada e a desordem. Eles são a nossa esperança e nós estamos de braços abertos para recebermos todas as suas reivindicações. (TENDLER; DIAS, 1984, p. 89)

Assim, ela se coloca como mulher, como profissional, como mãe e como cidadã. Suplanta, nessas variadas condições do ser humano, em muito aquelas mulheres de classe média, da qual ela é uma representante publicamente reconhecida, que apelavam a uma certa noção de democracia amparada na religiosidade. Destoa, dessa maneira, e representa um avanço. O avanço realizado dentro de um momento crítico, que por si só engendra um endurecimento de perspectiva acerca da ditadura civil-militar por uma parcela até então da sociedade que podia ser considerada como um dos sustentáculos de legitimidade do governo. E avança, também, ao reconhecer que ainda há coragem para a luta, mesmo em um sistema político fechado. E, por fim, reconhece que os estudantes, aqueles mesmos da UNE em Porto Alegre no movimento da Legalidade, que tiveram seu prédio em chamas no desfecho do golpe civil-militar, eram a esperança do povo. Transportando essa declaração para 1984, o engajamento dos estudantes no Movimento das Diretas Já só faz tomar ainda mais força.

Assim como certa parcela da classe média, a Igreja Católica também mudou de posição acerca da ditadura civil-militar no fim dos anos 1960. Uma das primeiras apoiadoras da deposição do presidente Goulart, a Igreja começou a se perceber também como vítima do regime que ajudou a implantar. Tandler lembra o assassinato do padre Henrique Pereira da Silva Neto – assessor de Dom Hélder Câmara – ocorrido em maio de 1969 na cidade de Recife. E o depoimento de Frei Betto nos traz um esclarecimento

síntese de o porquê de a Igreja ter se transformado numa base de resistência contra a ditadura. Diz Frei Betto que o único espaço que os movimentos populares poderiam utilizar para se organizar, sem a ingerência de militares, era a Igreja Católica, pois era a única instituição na qual não podia haver nomeações de generais para nenhum cargo de suas esferas.

Dos anos 1970, a imagem símbolo do poder das ditaduras civil-militares se encontrava no Chile. E isso aparece também no documentário. Extrapolando qualquer ligação do personagem João Goulart com o Chile da Unidade Popular, Silvio Tandler tem muita felicidade ao trazer referências aos eventos do 11 de setembro chileno. A política externa de Salvador Allende tinha traços significativamente independentes, sendo essa uma das razões de preocupação dos Estados Unidos. Aliavam-se a isso, como motivações para o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a independência dos movimentos sociais, as propostas de reforma agrária, a combatividade do povo chileno, a nacionalização das riquezas do país e a luta de classes. Outro país, outro contexto, outra década: no entanto, ambas com grande protagonismo popular. Há uma passagem de Gabriel García Márquez que sintetiza bem a realidade enfrentada pelo presidente chileno:

Fue siempre consecuente consigo mismo y esa fue su virtud más grande. Pero el destino le reservó la infrecuente y trágica grandeza de morir defendiendo, con el arma en la mano, los anacrónicos ornamentos del derecho burgués; defendiendo una Corte Suprema de Justicia que lo había repudiado pero que iba a legitimar a sus asesinos; defendiendo a un Congreso miserable que lo había declarado ilegítimo pero que luego debió inclinarse, demostrando alegría, ante la voluntad de los usurpadores: defendiendo la libertad de los partidos de oposición que habían vendido su alma al fascismo; defendiendo toda una herencia carcomida por los mitos de un sistema de mierda que él se había propuesto aniquilar sin disparar un solo tiro (ELGUETA; CHELÉN, 1995, p.283-284)

Uma das críticas mais fortes, e ao mesmo tempo mais corajosas, realizadas pelo documentário é aquela que fala da morte dos chilenos Orlando Letelier, embaixador em Washington (sofrendo lá um atentado fatal) e Carlos Prats, Comandante em Chefe do Exército chileno no Governo Salvador Allende e assassinado em Buenos Aires. A denúncia da existência de um sistema repressivo entre as ditaduras do Cone Sul da América Latina – a Operação Condor – nos idos de 1984, era um ato de coragem, pois recentes atos terroristas da extrema-direita eram realizados no Brasil, como o atentado do Riocentro em 1981. Além disso, o documentário relata que Goulart sabia que seu nome constava da relação de vítimas dessa integração militar, não sendo dessa maneira seguro permanecer nem na Argentina, nem no Uruguai (DOMINGOS; KOCH, 2008, p.169).

E é no difícil retorno do corpo do presidente João Goulart, em dezembro de 1976, que o filme se encerra. Com o cuidado de não mostrar cenas de violência desmedida nos

momentos que sucederam ao golpe civil-militar em 1964<sup>11</sup> para não macular a intenção de João Goulart de não resistir para que não houvesse derramamento de sangue, foi nas cenas de final dos anos 1960 no Brasil, na Bolívia com o corpo de Che e no início dos anos 1970 no Chile de Allende que a violência apareceu. Uma violência patrocinada pelos militares e pelos Estados Unidos. E que haveria de cessar com o retorno da democracia, objetivo permanentemente almejado pelo documentário e que pode ser melhor captado a partir de considerações feitas por Tendler no início do século XXI:

Quanto ao passado versus presente, é bom dizer que o filme de tema histórico geralmente tem mais a ver com a época em que é produzido do que com a época abordada. Assim, por exemplo, uma abordagem do passado muitas vezes é mais rica quando analisada sob a luz do conhecimento e das angústias do tempo presente. (TENDLER, 2001, p.10)

A multidão que acompanhava o corpo de João Goulart demonstrava a força que a mobilização popular retomava e que o documentário procurava encorajar. Mesmo com proibições iniciais ao regresso do corpo do presidente, ele foi sepultado na cidade de São Borja, onde também jaziam os túmulos de Gregório Fortunato e Getúlio Vargas, onde hoje também está o corpo de Leonel Brizola. Do epicentro daquele momento, se destacam as figuras de Tancredo Neves e Pedro Simon, lideranças importantes do Movimento das Diretas Já discursando em plena despedida de Goulart. Enterrar João Goulart, nessas circunstâncias, era enterrar a ditadura civil-militar no Brasil.

Finalizando, o filme documentário *Jango* propicia uma estimulante aula de História. Capaz de servir de suporte para o ensino de temáticas como a Guerra Fria, a História do Brasil e a História da América Latina, tem, em seu conjunto, mais um objetivo que ao professor de História não pode faltar: o ensino da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Nilo André Piana; BONOW, Stefan Chamorro; LUCAS, Taís Campelo. Imagens da História na Indústria Cinematográfica. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002, p.162-180.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *Política Externa Independente e Guerra*

<sup>11</sup> A única referência mais forte em relação à violência exercida pelos golpistas foi o tratamento dispensado ao deputado comunista Gregório Bezerra, que foi arrastado pelas ruas do Recife. Mesmo assim foi omitida a informação de que o deputado foi espancado pelos policiais.

Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.205-215.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; KOCH, Adolar. Não estica que arrebenta: uma análise das tensões político-econômico-sociais no Governo João Goulart (1961-1964) a partir do documentário Jango. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *Conflitos Periféricos no Século XX: cinema e História*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008, p.147-172.

ELGUETA, Belarmino; CHELÉN, Alejandro. Breve Historia de Medio Siglo en Chile. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: Historia de Medio Siglo*. México: Siglo Veintiuno, 1995, p.231-290.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-404.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004, p.17-36.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TENDLER, Silvio; DIAS, Maurício. *Jango: como, quando e porque se depõe um Presidente*. Porto Alegre: L & PM, 1984.

TENDLER, Silvio. Prefácio. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. *A História Vai ao Cinema – Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.27-44.